

## Alerta Legislação nº 52, de 24 a 29 dez. 2018

### Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

Visite nosso endereço na Internet e conheça outros produtos da Biblioteca:

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

## DESTAQUES

### Governo Federal

- **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 869, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**  
Altera a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, e dá outras providências.
- **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 868, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**  
Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a [Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000](#) (\*), para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento (...)
- **LEI Nº 13.778, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018**  
Altera a [Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990](#), que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para possibilitar a aplicação de recursos em operações de crédito destinadas às entidades hospitalares filantrópicas, bem como a instituições que atuam no campo para pessoas com deficiência, e sem fins lucrativos que participem de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS).
- **LEI Nº 13.786, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**  
Altera as [Leis nºs 4.591, de 16 de dezembro de 1964](#) (\*), e [6.766, de 19 de dezembro de 1979](#) (\*\*), para disciplinar a resolução do contrato por inadimplemento do adquirente de unidade imobiliária em incorporação imobiliária e em parcelamento de solo urbano.
- **LEI Nº 13.787, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**  
Dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente.
- **DECRETO Nº 9.642, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**  
Altera o [Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013](#), para dispor sobre a redução gradativa dos descontos concedidos em tarifa de uso do sistema de distribuição e tarifa de energia elétrica.
- **DECRETO Nº 9.641, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**  
Delega competência à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP para definir blocos em bacias terrestres a serem objeto de licitação, sob regime de concessão, no sistema de Oferta Permanente.

- **DECRETO Nº 9.637, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018**  
 Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o [Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997](#), que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional.
- **DECRETO Nº 9.631, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018**  
 Altera o [Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017](#), que regulamenta a [Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017](#), que institui a Lei de Migração.
- **DECRETO Nº 9.630, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018**  
 Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e dá outras providências.

### **Governo do Estado de São Paulo**

- **LEI Nº 16.895, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018**  
 (Projeto de lei nº 1004, de 2015, da Deputada Rita Passos – PSD)  
 Cria no Estado o serviço Disque Emprego junto aos Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs) e dá outras providências

<b>LEGISLAÇÃO FEDERAL</b>	
<b>PUBLICAÇÃO DOU</b>	<b>SUPERIOR</b>
<b>31/12/2018</b>	<b><u>DECRETO Nº 9.658, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b> Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos para o Reconhecimento Mútuo da Cachaça e da Tequila como Indicações Geográficas e Produtos Distintivos do Brasil e do México, respectivamente, firmado na Cidade do México, em 25 de julho de 2016.
<b>28/12/2018</b>	<b><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 869, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b> Altera a <a href="#">Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018</a> , para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, e dá outras providências.  <b><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 868, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b> Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a <a href="#">Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000</a> , para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento; a <a href="#">Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003</a> , para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos; a <a href="#">Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007</a> , para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País; e a <a href="#">Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017</a> , para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.  <b><u>LEI Nº 13.788, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>

Altera a [Lei nº 11.798, de 29 de outubro de 2008](#), para dispor sobre a composição do Conselho da Justiça Federal.

**LEI Nº 13.787, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente.

**LEI Nº 13.786, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Altera as [Leis nºs 4.591, de 16 de dezembro de 1964](#) (\*), e [6.766, de 19 de dezembro de 1979](#) (\*\*), para disciplinar a resolução do contrato por inadimplemento do adquirente de unidade imobiliária em incorporação imobiliária e em parcelamento de solo urbano.

**LEI Nº 13.785, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Determina o registro de veículo pelo guia de turismo que for adquirente de veículo ou que utilizar veículo próprio, de cônjuge ou de dependente, no desempenho de suas atividades profissionais e estabelece regras a serem observadas pelo guia-motorista na execução dos serviços de transporte turístico.

**DECRETO Nº 9.656, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Altera o [Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005](#), que regulamenta a [Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002](#), que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras.

**DECRETO Nº 9.655, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Dispõe sobre a execução do Vigésimo Nono Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 36 (29PA-ACE36), firmado entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul, e o Estado Plurinacional da Bolívia.

**DECRETO Nº 9.653, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Reconhece como de interesse do Governo brasileiro a participação estrangeira no capital social do BBN - Banco Brasileiro de Negócios S.A.

**DECRETO Nº 9.652, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Reconhece como de interesse do Governo brasileiro a participação estrangeira no capital social do Banco Moneo S.A.

**DECRETO Nº 9.651, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Reconhece como de interesse do Governo brasileiro a participação estrangeira no capital social da Grazziotin Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos.

**DECRETO Nº 9.650, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2441 (2018), de 5 de novembro de 2018, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que renova o regime de sanções aplicáveis à Líbia.

**DECRETO Nº 9.649, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2432 (2018), de 30 de agosto de 2018, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que estende o regime de sanções aplicáveis ao Mali, até 31 de agosto de 2019, e atualiza o mandato do Painel de Peritos.

**DECRETO Nº 9.648, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Altera o [Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017](#), que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.

**DECRETO Nº 9.647, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Altera o [Decreto nº 9.543, de 29 de outubro de 2018](#), que autoriza o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem, no Estado de Roraima, para a proteção das instalações e das atividades relacionadas ao acolhimento de refugiados.

**DECRETO Nº 9.645, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Regulamenta a [Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986](#), que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para estabelecer procedimentos a serem observados com relação a aeronaves suspeitas ou hostis durante a posse presidencial em 1º de janeiro de 2019.

**DECRETO Nº 9.642, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Altera o [Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013](#), para dispor sobre a redução gradativa dos descontos concedidos em tarifa de uso do sistema de distribuição e tarifa de energia elétrica.

**DECRETO Nº 9.641, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Delega competência à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP para definir blocos em bacias terrestres a serem objeto de licitação, sob regime de concessão, no sistema de Oferta Permanente.

**27/12/2018**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 867, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018**

Altera a [Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012](#) (\*), para dispor sobre a extensão do prazo para adesão ao Programa de Regularização Ambiental.

**LEI Nº 13.778, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018**

Altera a [Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990](#), que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para possibilitar a aplicação de recursos em operações de crédito destinadas às entidades hospitalares filantrópicas, bem como a instituições que atuam no campo para pessoas com deficiência, e sem fins lucrativos que participem de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS).

**DECRETO Nº 9.639, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018**

Revoga o [Decreto nº 19.269, 25 de julho de 1945](#), que regulamenta a readaptação dos incapazes das Forças Armadas.

**DECRETO Nº 9.638, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018**

Amplia a Reserva Extrativista do Lago do Cuniã, localizada no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia.

**DECRETO Nº 9.637, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018**

Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o [Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997](#), que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam

	<p>comprometer a segurança nacional.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 9.636, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b> Revoga o <a href="#">Decreto nº 38.893, de 14 de março de 1956</a>, que aprova o Regulamento do Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 9.635, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b> Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Tcheca sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira, firmado em Praga, em 1º de novembro de 2012.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 9.631, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b> Altera o <a href="#">Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017</a>, que regulamenta a <a href="#">Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017</a>, que institui a Lei de Migração.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 9.630, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b> Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e dá outras providências.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 9.629, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b> Declara a revogação, para os fins do art. 16 da <a href="#">Lei Complementar nº 95, 26 de fevereiro de 1998</a>, de decretos relativos aos setores da indústria, do comércio exterior e dos serviços.</p>
<p><b>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</b></p>	<p><b>MARGINÁLIA FEDERAL</b></p>
<p><b>Presidência da República (PR)</b></p>	<p><b>ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU)</b> → Procuradoria-Geral Federal (PGF) <b><u>PORTARIA Nº 936, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b> Altera a Portaria n. 172, de 21 de março de 2016, que dispõe sobre a estrutura, a organização e as atribuições das Procuradorias Regionais Federais, das Procuradorias Federais nos Estados, das Procuradorias Seccionais Federais e das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais, e a Portaria n. 688, de 28 de setembro de 2016, que institui e fixa diretrizes para a implantação, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, do Gerenciamento de Contencioso e dá outras providências.</p> <p><b>CASA CIVIL (CCPR)</b> → Comitê Federal de Assistência Emergencial <b><u>RESOLUÇÃO Nº 6, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b> Institui o Subcomitê para Acolhimento dos Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade Provenientes da Venezuela.</p> <p><b>SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO</b> <b><u>RESOLUÇÃO Nº 123, DE 28 DE DEZEMBRO 2018</u></b> Aprova o Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 122, DE 28 DE DEZEMBRO 2018</u></b> Resolução que altera a composição e atualiza atribuições do Comitê Permanente do Fundo de Terras e do Reordenamento Agrário, do</p>

	<p>Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CO N D R A F.</p>
<p><b>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <u><b>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 62, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2018</b></u>  (...) <b>Art. 1º.</b> A Instrução Normativa SDA nº 26, de 20 de julho de 2017 passa a vigorar com a seguinte alteração:  Art. 3º.....  § 1º .....  § 2º .....  § 3º Matérias-primas, ingredientes inertes e aditivos, considerados componentes de agrotóxicos, além dos adjuvantes, à exceção dos produtos técnicos e ingredientes ativos, não estarão sujeitos à fiscalização do MAPA nos pontos de ingresso e não deverão ser registrados no SISCOMEX nos destaques sob a anuência do MAPA.  (...)</p> <p><u><b>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 61, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2018</b></u>  (...) <b>Art. 1º</b> A Instrução Normativa nº 39, de 27 de novembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:  "Anexo I - DA REPRESENTAÇÃO PERANTE O SISTEMA VIGIAGRO  1. Do Cadastramento de Usuários e Intervenientes:  1.1. O exercício das atividades tratadas nesta Instrução Normativa é sujeito à habilitação de pessoas físicas e jurídicas junto ao MAPA por meio de cadastro no Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e Insumos Agropecuários - SIGVIG ou habilitado em sistema oficial de controle de comércio exterior.  (...)</p> <p><u><b>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 60, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018</b></u>  (...) <b>Art. 1º</b> Fica estabelecido o controle microbiológico em carcaça de suínos e em carcaça e carne de bovinos em abatedouros frigoríficos, registrados no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA), com objetivo de avaliar a higiene do processo e reduzir a prevalência de agentes patogênicos, na forma desta Instrução Normativa e dos seus Anexos.  (...)</p> <p><u><b>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 59, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018</b></u>  (...) <b>Art. 1º</b> Instituir, em todo o território nacional, a prática de plantio de áreas de refúgio estruturado como medida fitossanitária para o manejo da resistência de insetos em sistemas de cultivo com plantas geneticamente modificadas que expressam características de resistência ao ataque de insetos.  (...)</p> <p><b>CONSELHO INTERMINISTERIAL DE ESTOQUES PÚBLICOS DE ALIMENTOS (CIEP)</b></p> <p><b>SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA (SDA)</b></p>

	<p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 62, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>  (...) <b>Art. 1º.</b> A Instrução Normativa SDA nº 26, de 20 de julho de 2017 passa a vigorar com a seguinte alteração:  Art. 3º.....  § 1º .....  § 2º .....  § 3º Matérias-primas, ingredientes inertes e aditivos, considerados componentes de agrotóxicos, além dos adjuvantes, à exceção dos produtos técnicos e ingredientes ativos, não estarão sujeitos à fiscalização do MAPA nos pontos de ingresso e não deverão ser registrados no SISCOMEX nos destaques sob a anuência do MAPA.  (...)</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 61, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>  (...) <b>Art. 1º</b> A Instrução Normativa nº 39, de 27 de novembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:  "Anexo I - DA REPRESENTAÇÃO PERANTE O SISTEMA VIGIAGRO  1. Do Cadastramento de Usuários e Intervenientes:  1.1. O exercício das atividades tratadas nesta Instrução Normativa é sujeito à habilitação de pessoas físicas e jurídicas junto ao MAPA por meio de cadastro no Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e Insumos Agropecuários - SIGVIG ou habilitado em sistema oficial de controle de comércio exterior.  (...)</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 60, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>  (...) <b>Art. 1º</b> Fica estabelecido o controle microbiológico em carcaça de suínos e em carcaça e carne de bovinos em abatedouros frigoríficos, registrados no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA), com objetivo de avaliar a higiene do processo e reduzir a prevalência de agentes patogênicos, na forma desta Instrução Normativa e dos seus Anexos.  (...)</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 59, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>  (...) <b>Art. 1º</b> Instituir, em todo o território nacional, a prática de plantio de áreas de refúgio estruturado como medida fitossanitária para o manejo da resistência de insetos em sistemas de cultivo com plantas geneticamente modificadas que expressam características de resistência ao ataque de insetos.  (...)</p>
<p><b>Ministério da Cultura (MinC)</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>  Define os parâmetros e o rito para aplicação do ressarcimento ao erário mediante ações compensatórias de interesse público, previstas no § 2º do art. 72 da <a href="#">Lei nº 13.019/2014</a>.</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 119, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>  Divulga o Plano de Diretrizes e Metas do Ministério da Cultura</p>

<p style="text-align: center;"><b>Ministério da Educação</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 7, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>  Estabelece os parâmetros operacionais para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, no exercício de 2019.</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 1.435, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>  Dispõe sobre o processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies e do Programa de Financiamento Estudantil - P-Fies referente ao primeiro semestre de 2019, e dá outras providências.</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 1.433, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>  Institui ação de apoio a projetos de pesquisa sobre didáticas específicas, voltados à realidade da sala de aula, que contribuam para a melhoria da aprendizagem nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio das redes públicas de educação básica.</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 1.432, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>  Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio.</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 1.430, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>  Estabelece normas complementares para o reconhecimento, a validação e a oferta regular dos cursos de formação para o exercício de cargo ou função de gestão em instituições da Administração Pública.</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 1.421, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>  Estabelece o calendário anual de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no Sistema e-MEC em 2019</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 1.420, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>  Atualiza a grafia Braille para a Língua Portuguesa e as Normas Técnicas para a Produção de Textos em Braille.</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 1.418, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>  Dispõe sobre as atividades de formulação, monitoramento e avaliação de programas prioritários do Ministério da Educação</p> <p><b>CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO</b>  <b><u>RESOLUÇÃO Nº 5, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>  Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de licenciatura em Ciências da Religião e dá outras providências.</p> <p><b>INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 1.100, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>  Estabelece as diretrizes para a realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb no ano de 2019.</p>	
	<p style="text-align: center;"><b>Ministério da Fazenda (MF)</b></p>	<p><b>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL</b>  <b>Vice-presidência de Fundos de Governo e Loterias</b></p> <p><b><u>CIRCULAR Nº 842, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>  Aprova e divulga alteração no cronograma de implantação do eSocial.</p>

**CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ)**

→ **Secretaria Executiva**

**ATO COTEPE/ICMS Nº 66, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Divulga relação das empresas nacionais que produzem, comercializam e importam materiais aeronáuticos, beneficiárias de redução de base de cálculo do ICMS.

**SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB)**

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.866, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.799, de 16 de março de 2018, que estabelece normas complementares à Portaria MF nº 307, de 17 de julho de 2014, a qual dispõe sobre a aplicação do regime aduaneiro especial de loja franca em fronteira terrestre.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.865, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Altera a Instrução Normativa SRF nº 611, de 18 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a utilização de declaração simplificada na importação e na exportação, e a Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, que disciplina o despacho aduaneiro de importação.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.864, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Dispõe sobre os procedimentos de verificação de origem de mercadorias importadas com tratamento tarifário preferencial.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.863, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.862, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Dispõe sobre o procedimento de imputação de responsabilidade tributária no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.861, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Estabelece requisitos e condições para a realização de operações de importação por conta e ordem de terceiro e por encomenda.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.860, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018**

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.645 de 30 de maio de 2016, que dispõe sobre a incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte sobre rendimentos pagos, creditados, empregados, entregues ou remetidos para pessoas jurídicas domiciliadas no exterior nas hipóteses que menciona.

**PORTARIA Nº 2.045, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018**

Aprova os modelos do conjunto de identificação funcional e de distintivos de uso ostensivo, destinados à identificação de integrantes da carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil e disciplina seu uso e controle.

	<p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.858, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>          Aprova o Programa Gerador da declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (PGD Dirf 2019).</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 2.177, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>          Estabelece parâmetros para indicação de pessoa física a ser submetida ao monitoramento econômicotributário diferenciado ou especial a serem realizados durante o ano de 2019.</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 2.176, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>          Estabelece parâmetros para indicação de pessoa jurídica a ser submetida ao monitoramento econômico-tributário diferenciado e ao monitoramento especial a serem realizados durante o ano de 2019.</p>
<p><b>Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 2.203-SEI, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>          Estabelece regulamentação complementar do Programa Rota 2030 - Mobilidade e Logística, quanto à implementação do Grupo de Acompanhamento do Rota 2030 - Mobilidade e Logística e do Conselho Gestor do Observatório Nacional das Indústrias para a Mobilidade e Logística.</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 2.202-SEI, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>          Estabelece regulamentação complementar do Programa Rota 2030 - Mobilidade e Logística, criado pela <a href="#">Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018</a>, e regulamentado pelo <a href="#">Decreto nº 9.557, de 8 de novembro de 2018</a>, e dispõe sobre procedimentos a serem observados para o cumprimento da meta de eficiência energética.</p>
<p><b>Ministério da Justiça</b></p>	<p><b>CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA (CADE)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 652, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>          Institui o Programa de Intercâmbio Internacional em matéria de defesa da concorrência para servidores estrangeiros no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade.</p>
<p><b>Ministério da Saúde (MS)</b></p>	<p><b>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)</b>          → Diretoria Colegiada (DC)  <b><u>RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 260, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>          Dispõe sobre as regras para a realização de ensaios clínicos com produto de terapia avançada investigacional no Brasil, e dá outras providências.</p> <p>→ Gerência-geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária  <b><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.495, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>          (...)  <b>Art. 1º</b> Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, importação, divulgação, comercialização dos produtos RATICIDA NORAT 25g, ISCA FORMICIDA KOMBATE 0,20%, GEL BARATICI DA KOMBATE 30g, FORTHRINE 250/30mL, RATICIDA BIGUE BEM 25g,</p>

	<p>fabricados pela empresa KOMBATE SAÚDE AMBIENTAL LTDA-EPP, CNPJ 02.375.759/0001-84, Autorização de Funcionamento nº 3.07934-7. (...)</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.494, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b> (...)</p> <p><b>Art. 1º</b> Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso de todos os produtos cosméticos fabricados pela empresa Wellness Produtos Para o Bem Estar - EIRELI, CNPJ nº 27.687.105/0001-17, localizada na Rua Peixoto Gomide, 420, Conj.03, Jardim Paulista, São Paulo, SP. (...)</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.488, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b> (...)</p> <p><b>Art. 1º.</b> Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a interdição cautelar do lote 05121730 (Val 05/12/2019) do produto Saneante DETERGENTE DE USO GERAL, marca VERSÁTIL BECKPLATER, fabricado por INDÚSTRIAS BECKER LTDA (CNPJ: 02.216.104/0001-63), Autorização de Funcionamento nº 3.021741 . (...)</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.487, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b> (...)</p> <p><b>Art. 1º</b> Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto POMADA CAPILAR AMORÁVEL ALOÉ COM EFEITO MATTE , com data de fabricação anterior a 02/10/2018, fabricado pela empresa ULTRAN COSMÉTICA LTDA, CNPJ nº 01.518.361/0001-97, localizada na Avenida Brasil, 1675 - Santo Antônio - Itupeva/SP - CEP: 13295-000. (...)</p>
<p><b>Ministério da Segurança Pública</b></p>	<p><b><u>CONSELHO SUPERIOR DE POLÍCIA RESOLUÇÃO DE 28 DE NOVEMBRO DE 2018</u></b> (...)</p> <p><b>Art. 1º</b> Enunciar os seguintes posicionamentos institucionais: I - a persecução criminal requer a clara separação das funções de investigar, acusar, defender, julgar e executar a pena; (...)</p>
<p><b>Ministério das Cidades (MCidades)</b></p>	<p><b><u>GABINETE DO MINISTRO (GM) INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 41, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b> Regulamenta o Programa de Apoio à Produção de Habitações.</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 753, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b> Divulga Seleção de Propostas do Avançar Cidades - Mobilidade Urbana (GRUPO 01), Apresentadas Pelas Prefeituras Municipais de Alto Feliz/RS, Bom Jesus/SC, Campina das Missões/RS, Lauro müller/SC, Macaíba/RN, Mogi Guaçu/SP e São Caetano do Sul/SP No Âmbito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte), Com Recursos do Fundo de Garantia do</p>

	<p>Tempo de Serviço (FGTS), Setor Público.</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 38, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>  Dá nova redação à Instrução Normativa nº 47 e nº 48, ambas de 22 de dezembro de 2017, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre a alocação dos recursos do Orçamento Financeiro e Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referentes, respectivamente à área de Habitação Popular e demais operações habitacionais e de Infraestrutura Urbana, para o exercício de 2018.</p>
<b>Ministério do Meio Ambiente (MMA)</b>	<p><b>INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA)</b>  <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 28, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>  Aprova o Manual de Boas Práticas - Manejo de Fauna Atingida por Óleo</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 27, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>  Dispõe sobre critérios e definições a serem adotados pelo Ibama na avaliação da ação tóxica de produtos agrotóxicos e afins sobre o meio ambiente em atendimento ao que dispõe o § 5º do art. 3º da <a href="#">Lei nº 7.802/89</a> (*) e o parágrafo único do art. 20 do <a href="#">Decreto nº 4.074/02</a> (**), e estabelece o dever de adequação de rótulo e bula de produtos já registrados.  (*) Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.  (**)Dá nova redação aos arts. 81, 91 e 93 do Regulamento aprovado pelo Decreto no 2.314, de 4 de setembro de 1997, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas.</p>
<b>Ministério do Trabalho</b>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 1.082, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>  Altera a Norma Regulamentadora n.º 13 (NR-13) - Caldeiras, Vasos de Pressão e Tubulação.</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 1.224, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>  Estabelece procedimentos para a elaboração e revisão de normas regulamentadoras relacionadas à segurança e saúde no trabalho e às condições gerais de trabalho.</p>
<b>Publicação DOE-SP</b>	<b>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</b>
<b>PUBLICAÇÃO DOE</b>	<b>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</b>
<b>29/12/2018</b>	<p><b><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.337, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>  Dispõe sobre a criação de estrutura permanente para as Turmas Recursais dos Juizados Especiais; cria os respectivos cargos de Juiz de Direito; cria a estrutura administrativa correspondente às Turmas Recursais; e cria a Turma de Uniformização de jurisprudência</p>

**LEI COMPLEMENTAR Nº 1.336, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018**

Dispõe sobre a Organização e a Divisão Judiciárias do Estado, a criação de Varas Regionais e de Circunscrição, a modificação parcial da [Lei Complementar nº 980, de 2005](#) e dá outras providências

**LEI Nº 16.921, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018**

(Projeto de lei nº 527, de 2018, do Deputado Cássio Navarro – PSDB)  
Dispõe sobre a construção de um hospital público veterinário na Região Metropolitana da Baixada Santista

**LEI 16.920, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018**

(Projeto de lei 352, de 2018, do Deputado Coronel Telhada – PP)  
Dispõe sobre a assistência jurídica integral e gratuita aos integrantes da Secretaria de Administração Penitenciária e aos agentes socioeducativos da Fundação Casa, no exercício de suas funções, que se envolvam ou sejam implicados em casos que demandem tutela jurídica, seja judicial ou extrajudicial

**LEI Nº 16.919, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018**

(Projeto de lei nº 570, de 2016, do Deputado Roberto Engler – PSDB)  
Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Bolsa Permanência no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação e dá outras providências

**LEI Nº 16.918, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018**

(Projeto de lei nº 572, de 2018, dos Deputados Campos Machado – PTB e José Américo – PT)  
Obriga aos Tabeliães de Notas no Estado de São Paulo de manterem e enviarem todos os seus atos notariais à Central de Atos Notariais Paulista, e dá outras providências

**LEI Nº 16.912, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018**

(Projeto de lei nº 538 de 2017, do Deputado João Caraméz – PSDB)  
Autoriza o Poder Executivo a exigir do contribuinte do ICMS a aposição do Selo Fiscal de Controle e Procedência em todos os vasilhames retornáveis com volume superior a 4 litros e do Selo Fiscal Eletrônico de Controle e Procedência em todas as embalagens descartáveis que contenham água mineral, natural ou potável de mesa e adicionada de sais em circulação no Estado, ainda que proveniente de outra unidade da Federação

**LEI Nº 16.897, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018**

Dá nova redação ao inciso X do parágrafo único do artigo 2º da [Lei nº 11.608, de 29 de dezembro de 2003](#), que dispõe sobre despesas decorrentes de serviços públicos de natureza forense

**LEI Nº 16.895, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018**

(Projeto de lei nº 1004, de 2015, da Deputada Rita Passos – PSD)  
Cria no Estado o serviço Disque Emprego junto aos Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs) e dá outras providências

**DECRETO Nº 64.056, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018**

Estabelece, para os fins que especifica, diretrizes alusivas à celebração de contratos de gestão com organizações sociais de que trata a [Lei Complementar nº 846, de 4 de junho de 1998](#)

<p><b>28/12/2018</b></p>	<p><b><u>DECRETO Nº 64.030, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>  Estabelece diretrizes para a atualização cadastral do Sistema de Gerenciamento de Imóveis – SGI, altera dispositivos do <a href="#">Decreto nº 61.163, de 10 de março de 2015</a>, que reformula o Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário do Estado – SGPI, e dá providências correlatas</p> <p><b><u>DECRETO Nº 64.029, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>  Cria a Escola Superior do Instituto Butantan e dá providências correlatas</p> <p><b><u>DECRETO Nº 64.028, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>  Institui, junto à Secretaria da Saúde, Grupo de Trabalho com o objetivo de analisar e aperfeiçoar o programa de bolsas para aprimoramento de profissionais não médicos de nível superior que atuam na área da saúde e revoga o <a href="#">Decreto nº 63.798, de 9 de novembro de 2018</a></p> <p><b><u>DECRETO Nº 64.027, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>  Institui a Coordenadoria de Administração da Procuradoria Geral do Estado e dá providências correlatas</p> <p><b><u>DECRETO Nº 64.026, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>  Dispõe sobre o pagamento de horas-aula nos cursos da Unidade do Arquivo Público do Estado - APESP, da Secretaria de Governo, nas atividades especificadas, e dá providências correlatas</p> <p><b><u>DECRETO Nº 64.014, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>  Altera o <a href="#">Decreto 63.320, de 28 de março de 2018</a>, que divulga a relação dos atos normativos referentes às isenções, aos incentivos e aos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais de que trata o inciso I do “caput” da cláusula segunda do Convênio ICMS 190/17, de 15 de dezembro de 2017</p> <p><b><u>DECRETO Nº 64.013, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>  Divulga relação dos atos normativos não vigentes em 8 de agosto de 2018, referentes às isenções, aos incentivos e aos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais de que trata o inciso I do “caput” da cláusula segunda do Convênio ICMS 190/17, de 15 de dezembro de 2017</p>
<p><b>27/12/2018</b></p>	<p><b><u>DECRETO Nº 64.010, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>  Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS</p> <p><b><u>DECRETO Nº 64.009, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b>  Transfere os cargos e a função-atividade que especifica e dá providências correlatas</p> <p><b><u>DECRETO Nº 64.007, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b> (rep)  Transfere os cargos que especifica e dá providências correlatas</p>
<p><b>SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO</b></p>	<p><b>MARGINÁLIA ESTADUAL</b></p>

<b>ESTADO</b>	
<b>Administração Penitenciária (SAP)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SAP - 151, DE 26-12-2018</u></b>  Reedita e modifica com alterações a Resolução SAP - 69, de 31-3-2010, que "Disciplina o credenciamento de entidades religiosas e organizações não governamentais, e de seus representantes, no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária e dá outras Providências."</p>
<b>Casa Civil (CC)</b>	<p><b>FUNDO METROPOLITANO DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (FUMEFI)</b>  <b><u>DELIBERAÇÃO FUMEFI 5-2018</u></b>  Aprova alterações parciais na deliberação 1-2018, que aprovou o plano de aplicação FUMEFI/2018, passando ao total de 15 projetos, mantendo-se o seu valor original, R\$ 59 milhões</p> <p><b><u>DELIBERAÇÃO FUMEFI 4-2018</u></b>  Aprova aditivos referentes a alterações parciais, envolvendo planilhas orçamentárias dos projetos e/ou prazos de vigência de contratos BB/FUMEFI, sem acréscimo de valor</p>
<b>Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI)</b>	<p><b>CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS)</b>  ↳ Coordenadoria da Unidade de Ensino Superior de Graduação  <b><u>INSTRUÇÃO CESU 04, DE 28-12-2018</u></b>  Dispõe sobre atividades, critérios de alocação e operacionalização de carga horária dos docentes nos Cursos Superiores de Tecnologia oferecidos na modalidade a distância pelas Faculdades de Tecnologia - Fatecs do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS</p>
<b>Educação (SE)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SE 92, DE 28-12-2018</u></b>  Dispõe sobre autorização para instalação e funcionamento de Centro de Estudos de Línguas CEL, e dá providências correlatas (*)  (*) Região de Itapeverica da Serra</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SE 90, DE 28-12-2018</u></b>  Altera a Resolução SE 75, de 30-12-2014, que dispõe sobre a função gratificada de Professor Coordenador</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SE 87, DE 27-12-2018</u></b>  Dispõe sobre o Projeto Orçamento Participativo Jovem - OP Jovem e dá providências correlatas</p>

<p><b>Fazenda (SF)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SF - 137, DE 28-12-2018</u></b>  Altera a Resolução SF-106, de 29-11-2017, que divulga os valores de mercado de veículos usados, em unidade de moeda corrente, para efeito de lançamento do IPVA do exercício de 2018</p> <p><b>SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV)</b>  <b><u>PORTARIA SPPREV 523, DE 21-12-2018 (*)</u></b>  Disciplina o recadastramento de todos os inativos e pensionistas civis e militares no âmbito da São Paulo Previdência, a partir do ano de 2019  (*) Republicado por conter incorreção.</p>
<p><b>Meio Ambiente (SMA)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SMA 206, DE 27 -12- 2018</u></b>  Altera a Resolução SMA 7, de 18-01-2017, que dispõe sobre os critérios e parâmetros para compensação ambiental de áreas objeto de pedido de autorização para supressão de vegetação nativa, corte de árvores isoladas e para intervenções em Áreas de Preservação Permanente no Estado de São Paulo</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SMA 205, DE 27 -12- 2018</u></b>  Altera a Resolução SMA 51, de 31-05-2016, que disciplina o procedimento de conversão de multa administrativa simples em serviço ambiental</p>
<p><b>Planejamento e Gestão (SPG)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SPG-64, DE 21-12-2018</u></b>  Dispõe sobre a adoção do sistema randômico de distribuição equalizada dos serviços entre as empresas credenciadas junto às entidades vinculadas no âmbito da Secretaria de Planejamento e Gestão</p>
<p><b>Procuradoria Geral do Estado (PGE)</b></p>	<p><b>GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO (GPG)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO PGE-46, DE 28-12-2018</u></b>  Sistematiza as hipóteses em que, em tese, pode ser frutífera a participação da Fazenda do Estado em audiência de conciliação, sem prejuízo da análise do caso concreto</p>
<p><b>Saúde (SS)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SS - 97, DE 28-12-2018</u></b>  Dispõe sobre prorrogação de prazo de aplicação dos recursos liberados em decorrência de Convênios ou Termos Aditivos firmados entre esta Pasta e as Prefeituras Municipais, Entidades Filantrópicas sem fins lucrativos, Instituições Universitárias, Fundações e Consórcios Intermunicipais, e dá outras providências.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SS - 95, DE 28-12-2018</u></b>  Altera o Anexo da Resolução SS - 82, de 23, publicada em 24-07-2012 que dispõe sobre a identificação das unidades de saúde por áreas e a fixação de limites para realização de Plantões e Plantões em Estado de Disponibilidade pelas classes de Médico, Médico Sanitarista</p>

	e Cirurgião Dentista e dá providencias correlatas  <b><u>RESOLUÇÃO SS - 94, DE 17-12-2018</u></b> Estabelece a transferência de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referente ao Projeto Verão, para os municípios do Litoral Paulista
<b>Publicação DOE - Legislativo</b>	<b>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</b>
<b>24/12/2018 a 29/12/2018</b>	<i>Não houve</i>
<b>Publicação DO - Cidade</b>	<b>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</b>
<b>28/12/2018</b>	<b><u>LEI Nº 17.021, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b> (PROJETO DE LEI Nº 536/18, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO) Estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2019.  <b><u>LEI Nº 17.020, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b> (PROJETO DE LEI Nº 621/16, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO) Institui, no âmbito do Município de São Paulo, o regime de previdência complementar de que trata o art. 40, §§ 14 e 15, da Constituição Federal, e estabelece providências correlatas  <b><u>DECRETO Nº 58.592, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b> Atualiza, para o exercício de 2019, os valores unitários de metro quadrado de construção e de terreno constantes da Planta Genérica de Valores, o valor limite de metro quadrado de terreno de imóveis residenciais verticais e os valores das multas relativas ao Imposto Predial e Territorial Urbano, bem como concede desconto para pagamento à vista desse imposto.
<b>27/12/2018</b>	<b><u>DECRETO Nº 58.589, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018</u></b> Fixa o valor dos preços de serviços prestados por Unidades da Prefeitura do Município de São Paulo

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço:[http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home\\_1\\_0.aspx](http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx)

**Equipe Responsável pelo Boletim:**

Maria Isa de Aquino Sousa  
[mariaisa@sp.gov.br](mailto:mariaisa@sp.gov.br)

Marcelo Conti  
[mconti@sp.gov.br](mailto:mconti@sp.gov.br)

Mauro Sérgio Nascimento da Silva  
[maurosilva@sp.gov.br](mailto:maurosilva@sp.gov.br)

Silvio Tadeu Brígido  
[sbrigido@sp.gov.br](mailto:sbrigido@sp.gov.br)

### **Secretaria de Governo do Estado de São Paulo**

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

[ccivil@sp.gov.br](mailto:ccivil@sp.gov.br)

Biblioteca

### **Cancelamento:**

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para [ccivil@sp.gov.br](mailto:ccivil@sp.gov.br) ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107